

GRANDES PROJETOS E IDENTIDADES SOCIAIS NA AMAZÔNIA ORIENTAL BRASILEIRA*

Angela M. Tude de Souza
Dept^o de Ciências Sociais do IFCH

INTRODUÇÃO

O propósito deste texto é discutir alguns aspectos metodológicos relativos a análise dos processos e práticas sociais a partir dos quais a classe trabalhadora vai se constituindo, simultaneamente, como sujeito concreto, real, individualizável e como sujeito coletivo, social.

Pretende-se, pois, discutir os processos concretos através dos quais a população trabalhadora se constitui — em sua unidade e diversidade — como sujeito dotado de uma existência real que informa e confirma sua existência "genérica" e abstrata de classe.

Toma-se para isto como contexto material da análise a multiplicidade de relações de produção e de práticas de dominação e subordinação em torno das quais se organiza o cotidiano da classe trabalhadora na Amazônia Oriental.

(*) Trabalho apresentado na XIV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, na Sessão Temática "Amazônia e Grandes Projetos: Modernização e Identidades Sociais".

Ao nível formal de análise, o objeto de estudo se centra nas questões metodológicas suscitadas pela diversidade de práticas econômicas, sociais e simbólicas com base nas quais se desenvolve o processo de auto-engendramento da população trabalhadora enquanto grupo social concreto, fração singular da classe (trabalhadora); isto é, enquanto sujeito político e cultural que se diferencia de outros (a burguesia, a pequena burguesia, p. ex.) a partir da consciência que realiza de si como objeto da valorização e da dominação do capital, ao mesmo tempo que se reconhece como sujeito de uma experiência mais ampla que não se reduz à sua própria, mas que a engloba e a confirma como existência social coletiva.

I. PRÁTICAS SOCIAIS, CONHECIMENTO E IDENTIDADES DE CLASSE

Este texto, parte da recusa de tôdas aquelas concepções que pensam a 'classe trabalhadora', ora como uma abstração, um dado ou entidade pressuposta, ora como um 'produto histórico das estruturas materiais e sociais objetivas impostas pelo capital' — definição que, por sua vez, reitera a condição subalterna e passiva da classe trabalhadora frente à lógica do valor, reificando-a, portanto, como força de trabalho, capital variável ou como agente econômico, cuja história seria apenas 'um capítulo' (ou um anexo?) daquela do mercado e do capital. Esta última definição concebe a 'classe' como existência negativa do capital e da burguesia, como uma expressão interna da alienação capitalista, e não como uma força social diferente e independente (desta) que se constitui criticamente e em ruptura com as práticas do trabalho alienado.

Ainda que sejam indicativas das formas de inserção dos indivíduos na força de trabalho, as estruturas e condições objetivas da produção capitalista apenas podem revelar algumas das mediações do processo de (seu) auto-engendramento, tornando visíveis e tangíveis os meios e as relações de dominação e exploração às quais os trabalhadores estão subordinados

Ao tomar as forças produtivas em si mesmas, e ao reificá-las em suas expressões imediatas e concretas, torna-se, praticamente, impossível restituir sua inteligibilidade histórica e social, bem como às relações de produção que presidem seu movimento de transformação permanente. Com isso, torna-se impossível pensar não só a diversidade na totalidade, a parte dentro da unidade global do modo de produção mas, sobretudo, tornar inteligível a diversidade das formas de vida social que qualificam cada formação social nacional como uma unidade singular (totalidade concreta) dentro do mundo capitalista contemporâneo.

Tal observação refere-se, particularmente, às análises sobre os "impactos e efeitos" dos processos de "modernização e mudanças" que, frente à heterogeneidade do concreto, tomam a via dos estudos de caso e monográficos, como forma de evitar generalizações; mas ao fazê-lo, todo o esforço envidado para resgatar a historicidade dos processos concretos acaba se revelando incapaz de explicá-los como partes singulares que informam sobre o caráter estruturado da totalidade social (Burawoy, 1985) (por exemplo, o significado do novo padrão de produtividade do trabalho introduzido pelos Grandes Projetos de Investimento Mineral-metalúrgicos, como resposta à retomada do movimento operário e sindical no Centro-sul).

O caminho apontado por Marx, segue exatamente o sentido inverso: subordina os "fatos corriqueiros, sensíveis à totalidade — de um movimento, de uma atitude...", já que são estes que conferem inteligibilidade ao conjunto, atribuindo à "cada acontecimento — além de sua significação particular — um papel de revelador" (Sartre, 1960:38) da lógica e da significação do todo.

Deste modo, se é preciso, evitar por um lado, a definição prévia e dogmática de entidades que nos informariam sobre o significado dos eventos e processos concretos; está claro também, por outro lado, que os estudos de caso devem ceder lugar às análises de situações concretas, como método de reconstrução sintética do real capaz de conceber e analisar os processos pelos quais as "totalidades são vivas e se definem por

si mesmas no quadro da pesquisa", e da própria história social.

As análises de situação constituem, nesse sentido, uma vertente indispensável da reconstrução sintética da totalidade, na medida em que visam conferir inteligibilidade às realidades concretas através do diálogo permanente entre a parte e o todo; é a relação entre a parte e o todo que permite resgatar a significação histórica e social dos fatos, já que tomados em suas aparências e expressões isoladas estes não são auto-explicativos, não têm significado próprio. Enquanto tal, a análise sociológica não informaria efetivamente sobre a dinâmica entre as partes e o todo, limitando-se a fornecer uma representação cristalizada da vida social como uma totalidade expressiva. Para sua crítica é preciso voltar a questão da reificação nas análises marxistas.

É o que se deduz do texto a seguir, em que Marx critica a dialética hegeliana por substituir a 'realidade sensível' pelo pensamento abstrato, formal: "... tomada abstratamente, separada do homem e transformada em uma entidade que existe para si, a natureza em si não é nada para o homem... A natureza enquanto tal... não tem significado", a não ser para o pensador abstrato que se satisfaz com afirmações puramente formais (Marx, 1844/1972: 293-298).

O processo de reconstrução do real envolve pelo menos dois diferentes níveis de análise:

1) aquele em que um processo, um grupo, uma coisa é designada em sua forma de existência genérica, através de um conjunto de traços gerais que lhe conferem significação frente à história, ao pensamento filosófico ou ao pensamento social de uma época (é o caso p. ex., de conceitos como pequena burguesia e proletariado);

2) aquele em que se tenta determinar com base no exame da "experiência concreta os traços específicos que a designam (e atualizam) como realidade social singular" (Marx, apud. Sartre, 1960: 38-39, § 1), informando e atualizando, portanto, pela análise das práticas sociais os significados e representações atribuídos aos conceitos

Isso acontece por causa do caráter movente e transitório das práticas sociais e das formas de sociabilidade, que ocasiona que as realidades designadas pelos conceitos mudem, e... "evoluam com a história", passando portanto a designar novos conteúdos e significados... "singulares que o conceito não poderia deduzir de si mesmo" (ibid).

Tome-se como ilustração, do que precede, o processo de formação da classe trabalhadora⁽¹⁾ na Amazônia brasileira. Sua análise revela vários aspectos singulares quando pensada à luz dos processos observados e dos marcos históricos selecionados como significativos para outras regiões do país.

Nessa região, apesar das regulamentações sobre a propriedade privada terem fornecido algumas das condições necessárias à formação de um proletariado extenso, estas mostraram-se francamente incapazes de constituir a relação salarial na única alternativa de produção e reprodução.

Na verdade, foram necessárias algumas décadas para que o trabalho assalariado e sua expressão como nova classe, pudessem se constituir na forma dominante de organização política e econômica da sociedade nessa região. Desse ponto de vista, as primeiras leis de terras bem como as leis trabalhistas, sancionadas no Governo Vargas, certamente, não poderiam ser tomadas como marcos da formação da classe trabalhadora no Norte do país.

(1) Definida aqui como grupo social que se reconhece e identifica como sujeito singular, ao exercer sua capacidade de diferenciar-se dos outros sujeitos (individuais e coletivos) e dos objetos (que existem fora de si e nos quais ele é convertido), através da experiência prática da alienação e do estranhamento de seu ser. Reconhecendo sua experiência no que lhe é estranho (e exterior) o homem se reconhece como ser social que existe fora de sua realidade individual; reconhecendo-se como parte de uma totalidade (irreduzível à si mesmo) o homem faz-se 'classe' em suas ações, que afirmam pelas práticas, ao mesmo tempo, as identidades coletivas e as diferenças que demarcam a singularidade de sua existência social (e individual) das demais

Assim, a nível nacional, no período 1930-45, o trabalho assalariado se tornava objeto de regulamentações específicas, separando-se definitivamente daquelas leis que contemplavam a propriedade, o povoamento e a colonização. Enquanto isto, na Amazônia tal processo tomava outros rumos, conduzindo o fazer-se da classe trabalhadora com base em um conjunto de práticas sociais e relações produtivas que marcam, ainda hoje, suas formas de existência e de expressão política⁽²⁾.

A separação do trabalho e da propriedade — condição necessária para a emergência da compra e venda da força de trabalho — não pode ser analisada, no caso amazônico, tal como esta se operou nas demais regiões do país; as relações capitalistas de produção se assentaram aí sobre a base de uma economia extrativa, onde o acesso aos meios de produção e de subsistência (fundamentalmente os rios, a terra, a floresta e o trabalho humano) prescindiu por um longo tempo do regime de propriedade privada como expressão objetiva de existência da burguesia e do proletariado nessa região.

É isto que pode explicar, até o primeiro quarto desse século, que a economia regional tenha permanecido em boa parte como objeto de valorização dos capitais (comercial e financeiro) internacionais engajados na exportação de matérias primas; assim, também, compreende-se a "ausência" do capital industrial nos processos de trabalho (de base) extrativa (da borracha, da castanha, do babaçu e das madeiras nobres ou de "lei"...) e com isso a própria singularidade do poder das classes aí em presença.

(2) Haveria que discutir, ainda, as relações região-nação, para precisar melhor em que as expressões regionais do fazer-se/representar-se classe, informam e tornam inteligíveis suas formas de identidade com outros grupos ocupacionais e frações da classe trabalhadora no país.

O processo de socialização conduzido pela afirmação dos interesses de classe, mostrou-se não só como algo em "aberto", mas que foi se processando por graus diversos de separação e de objetivação entre a propriedade e o trabalho, entre o produtor direto e o produto de seu trabalho, e em suma, separação entre o sujeito do trabalho, seus meios de produção e de reprodução (Marx, 1844-1972)

Na economia amazônica, a constituição dos sujeitos proprietários e não-proprietários — bem como das relações sociais pelas quais uns e outros adquirem significado frente à história — se fez por um conjunto de práticas sociais específicas que assentaram a sociedade mercantil sem a presença de um proletariado no sentido clássico do termo. A relação de dominação objetivada através do monopólio sobre os meios produtivos e de subsistência — necessários à manutenção do produtor no interior da floresta — singularizava, assim, o processo de auto-engendramento do sujeito do trabalho. Este se reconhecia, prioritariamente, como objeto de uma subordinação apenas formal, porquanto, mediada pelas relações de aviamento e endividamento.

Ainda que se alienasse, aí, o produto do trabalho — o que era visível pela variação da remuneração da força de trabalho conforme o volume de produção — as condições de trabalho permaneciam sob o controle do trabalhador; assim também ocorria com os meios de produção, (no caso, a terra e o acesso às florestas nativas) concentrados ora em mãos do Estado, ora em mãos de "proprietários" privados constituídos objetivamente pela concessão do direito de exploração de reservas nativas — e não exclusivamente pelo direito de propriedade privada sobre a terra e "seus recursos". As mediações objetivas — controle direto do capital sobre o processo de trabalho e as formas da propriedade privada — que permitiriam qualificar o capital e o trabalho como existências sociais genéricas (e reais) antagônicas, não se colocaram aí sob suas formas puras; colocaram-se, ao contrário, através das mediações do capital comercial e usurário e da atribuição estatal do direito de uso e exploração.

As relações capitalistas de produção difundiram, deste modo, uma concepção de propriedade e de acesso aos recursos nativos como algo decorrente de um direito natural conferido pela "nacionalidade". "A terra é da Nação... Ninguém nasceu com um bolo de terra na testa"⁽³⁾. (Análises de Almeida (1989) sobre as representações populares acerca da indivisibilidade da terra e seus recursos, são coerentes com isso.)

Se a terra é da Nação, então cabe ao Estado atribuir o direito de acesso e uso "à todos os brasileiros" (ibid). A terra e as florestas são vistas como bens públicos, bens coletivos, o que é totalmente diverso da visão patrimonialista que se difunde com a propriedade privada.

Já, quanto às formas de apropriação do trabalho social e de seus "produtos anuais", o sistema de aviação deixou intactas as condições materiais e sociais do processo de produção, indo se concentrar na esfera da circulação das mercadorias. A produção permanecia subordinada à subjetividade da divisão do trabalho no seio da unidade familiar, na qual as práticas de produção e de reprodução constituíam ainda uma unidade; favorecendo, com isso, a percepção do trabalho alienado como uma "realidade natural".

O direito de propriedade privada não logrou abolir, portanto, as alternativas de reprodução baseadas nas relações de uso e possessão; resguardou, ao invés, uma importante via de acesso à produção de subsistências pela própria população trabalhadora.

Dessas formas específicas em que se constituíram as relações capital — trabalho na região, decorre uma consequência duplamente importante no que diz respeito aos processos de construção de identidades entre os grupos subalternos na Amazônia. Primeiramente porque, a experiência de dominação à distância, pelo 'comercio', permitiu em boa parte diluir o sentimento de exploração assim como ocultar (aos olhos dos trabalhadores) a figura do capital (Burawoy, 1985); mas, de outro ponto de vista a identificação da exploração com as trocas passou a informá-los, em suas lutas atuais, com relação as possibilidades e aos obstáculos à sua auto-determinação e autonomia na produção imediata.

(3) Depoimento de um seringueiro em processo de expulsão de sua colocação no Acre; cf. documentário Nós e Eles, A. C. Sevá, 1978.

II. A PROPÓSITO DO POLO GUSEIRO DE CARAJÁS E O CONFLITO DE IDENTIDADES - CAMPONESES VERSO CARVOEJADORES

Tomemos um exemplo concreto contemporâneo, no qual se observa a emergência de uma nova identidade social da população trabalhadora na Amazônia Oriental; momento do processo de seu auto-engendramento enquanto grupo social específico dentro da classe trabalhadora. Seu valor é o de tornar visível uma das mediações concretas do processo de construção das identidades de classe, motivado pelas recentes transformações da divisão social do trabalho que se objetivam, particularmente, com a organização de um novo mercado regional.

Recorremos, para isso, a um conjunto de determinações objetivas que acompanham a implantação do polo de produção de ferro-gusa no âmbito do Programa Grande Carajás, salientando-se as novas determinações que pesam sobre a atividade extrativista na região.

Com base no exame das práticas vigentes na produção de carvão vegetal, pretende-se indicar respectivamente:

- em primeiro lugar, o jogo de mútuo engendramento entre "o concreto e o abstrato" que — segundo Marx — permite atualizar os conteúdos atribuídos às 'formas de existência genérica' da produção capitalista (e suas representações conceituais), informando-nos sobre a singularidade da 'realidade social' designada, hoje, sob o termo de economia extrativa; e
- em segundo lugar, indicar algumas das mediações do processo de reapropriação crítica desta nova realidade social, pelos produtores diretos que se descobrem como objeto da valorização do capital: isto é, que se reconhecem como uma existência social alienada, através do conflito entre sua identidade prévia de lavrador/pequeno produtor independente e aquela de carvoejador, imposta pelas necessidades de moderna produção guseira no PGC.

Como primeiro passo retomemos algumas narrativas que permitem reconstruir um quadro aproximativo das determinações históricas e sociais definidoras da economia extrativa tradicional na região.

De um modo geral, as atividades de coleta (cocos e frutos) e de abate de madeiras se organizavam de forma dispersa e pulverizada no cotidiano regional. Se desenvolviam, além disso, em combinação com outras atividades produtivas, ocupando com frequência parte significativa do tempo anual de trabalho de milhares de famílias não-proprietárias de seus meios de produção, que buscavam se reproduzir através da associação entre o trabalho por conta própria (lavoura de subsistência e extrativismo) e a ocupação remunerada com base na diária ou na empreita de serviços.

Esta realidade pode ser expressa com base nos dados censitários de 1970, somando-se os totais para a Região Norte e o Maranhão:

- foram recenseadas 1.292.860 pessoas ocupadas em atividades ligadas ao setor primário que inclui o extrativismo, a agricultura e a pecuária; e destas, 1.030.260 estavam classificadas como trabalhadores manuais agrícolas, os quais declaravam que a sua atividade principal era "na enxada";
 - dentre estas pessoas, cerca de 40% trabalhavam nesta atividade durante 9 meses por ano ou menos do que isso;
 - os madeireiros, incluindo possivelmente os serradores, os camioneiros, os lenhadores, os carvoejadores e os seus ajudantes, totalizavam 21.461 pessoas, das quais 43% trabalhavam nestas atividades durante menos de 9 meses por ano;
 - das 109.117 pessoas recenseadas como coletores ou apanhadores de castanhas, cocos, frutos e palmitos, 55% estavam ocupados em outras atividades durante 3 meses ou mais, por ano;
 - e, dos 86.482 que foram classificados como seringueiros, trabalhando no sangramento da hevea ou no abate do caucho, e no preparo das peladas de latex, 60% tinha outra ocupação durante 3 meses por ano, ou mais.
- (SUDAM, 1977)

Tais proporções confirmam a importância das atividades extrativistas no cotidiano e no calendário anual das populações expropriadas na Amazônia e no Maranhão; confirmam, principalmente, o uso de boa parte de seu tempo anual em atividades que asseguravam sua

reprodução social independente, ou de forma complementar à renda obtida com a venda do produto ou da venda temporária de sua força de trabalho.

Mesmo mantendo os seus roçados nos "centros", ou nas terras contidas entre as cercas das fazendas e as estradas, muitos recorriam a outras ocupações temporárias, (seja pela venda de sua força de trabalho, seja pela via da reciprocidade econômica), nos períodos de entre-safrá, ou em determinadas etapas de ciclo agrícola que determinam e disciplinam, em suma, o manejo social do tempo, com base nos calendários naturais do trabalho na região (Castro, 1988 e Almeida, 1989).

Assim, apesar das alternativas presentes, a grande maioria encontrava nas atividades de coleta e de exploração florestal a principal fonte de acesso à moeda, através da venda de seus produtos.

As atividades envolvidas, por sua vez, eram aparentemente simples e não exigiam maiores aptidões, exceção feita ao conhecimento do terreno, e dos ciclos dos produtos nativos, e à exigência de força bruta necessária para o transporte de cestas e galões de frutos recolhidos da floresta. No caso do babaçu e das florestas nativas maranhenses, o quadro era, em grandes linhas/traços, o seguinte: inicialmente, os pequenos frutos eram recolhidos do solo, aonde caíam por ocasião de seu amadurecimento; a atividade era realizada por crianças, jovens e mulheres adultas, os quais após recolhê-los, deviam quebrá-los separando as amêndoas da casca. Não raras vezes a quebra e a separação da amêndoa e da casca eram feitas coletivamente no âmbito das comunidades de vida e de parentesco, no próprio povoado, não havendo, neste caso, diferenças de idade ou sexo que limitassem a participação de todos na atividades, já que a meta era atingir o maior volume possível do produto; à essa etapa do beneficiamento acoplava-se a preparação do carvão vegetal destinado outrora, basicamente, ao auto-consumo (e excedentariamente as 'máquinas' urbanas).

A renda auferida pela atividade era em geral, apropriada pelos comerciantes, e concentrada em mãos dos intermediários e proprietários industriais que po-

diam acumular (ou não) o direito de propriedade ou de exploração dos viveiros extrativistas.

O processo de trabalho se organizava, portanto, sobre uma base produtiva tipicamente natural, onde a força de trabalho se confundia com a própria unidade doméstica, e o controle sobre as condições materiais da produção não passava pela propriedade privada sobre os viveiros e reservas naturais extrativistas; o que tornava a atividade acessível às populações expropriadas, por não requerer imobilização de capital com a aquisição de terras, equipamentos ou outros meios de produção. A "exploração do trabalho" se fazia, como nos castanhais, pela alienação do produto operando-se, portanto, na esfera da circulação; a divisão e a organização do trabalho podendo permanecer, ainda, sob a auto-determinação dos produtores diretos.

Esta situação mudou significativamente nos últimos anos, após a implantação da ferrovia Carajás a Ponta da Madeira (pela CVRD, para escoar o minério de ferro do interior do Pará até o terminal na ilha de São Luiz) e após o início do funcionamento dos altos-fornos de ferro-gusa (os chamados guseiros) e das fundições de ferro-ligas, em Marabá e Tucuruí, no Pará e em Açailândia, no Maranhão; e deverá se alterar ainda mais com a instalação de novos guseiros (nestas mesmas cidades), em Santa Inês e em Pindaré-Mirim, na baixada maranhense.

A produção do carvão vegetal destinado às novas usinas siderúrgicas se distingue da atividade extrativa precedente porque é baseada no abate indiscriminado da vegetação, e por seguir um padrão espacial itinerante, progressivo, em torno dos "pólos guseiros". Dentre as consequências já observadas ou previsíveis, compromete-se a recomposição da fertilidade dos solos ainda cultiváveis, são degradados os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, aumenta a erosão dos terrenos e das barrancas dos rios, e concentra-se a propriedade fundiária. O processo, já desencadeado em algumas regiões, aponta para o comprometimento das condições de reprodução da pequena produção independente, praticada por posseiros e pequenos proprietários (antigos moradores) da região.

Esse sistema de apropriação das áreas florestadas (e de cerrados) introduz, ainda, uma nova estratificação da sociedade nas regiões guseiras; de todos os recursos florestais, o único que interessa agora é a energia do carvão, e a sua produção para fins industriais implica numa organização hierárquica própria entre os produtores diretos, os arrendatários e os proprietários (de terras e veículos) credenciados pelas fundições.

A própria forma técnica de produzir o carvão mudou as tradicionais caieiras, de amplo conhecimento popular e destinadas à produção do carvão de uso doméstico, sendo substituídas pelos fornos chamados de "rabo quente", construídos com tijolos refratários, para os quais os próprios guseiros ou os seus "agentes credenciados" têm assegurado o financiamento e a instalação junto as áreas de coleta de lenha.

Tal sistema de agenciamento da produção levou a um acirramento da concorrência entre os pequenos produtores, desejosos de garantirem a colocação de seus produtos em um mercado organizado regionalmente sob a pressão das serrarias e indústrias madeireiras urbanas, as quais gozam de uma posição privilegiada por utilizarem como matéria prima o chamado refugo industrial. Como consequência, já se tem registro de que a jornada de trabalho dentre os pequenos produtores avulsos e trabalhadores assalariados vem sendo superior à 50 horas semanais (cf. IDESP, 1988 e Carneiro, 1989); pode-se concluir, portanto, que tal situação vem acarretando não só uma grande usura e degradação física da força de trabalho, mas também o comprometimento da reprodução dos produtores independentes com base na combinação entre múltiplas atividades durante o calendário anual.

Quanto às relações de produção observa-se uma dupla tendência nos padrões de uso e exploração da força de trabalho. Por um lado, assiste-se a uma espécie de revitalização das relações de moradia e comodato, podendo ser mediadas ora por relações de parceria, ora pelo regime de aviação da produção; neste sentido, a relação de exploração continua se operando através da alienação do produto do trabalho, seja ao proprietário

(da terra ou dos caminhões), ao arrendatário ou aos intermediários da comercialização (bodegueiros e donos de barracão). Por outro lado, o sistema vem favorecendo, também, a generalização dos estatutos precários da força de trabalho através dos regimes de trabalho volante e por empreita, previamente já adotados pelas frentes madeireiras e fazendas agro-pecuárias na região.

Em que pese suas imprecisões e lacunas, o texto acima tenta ordenar um elenco de práticas produtivas e reprodutivas conformadoras da economia extrativa (tradicional e contemporânea), que podem nos informar — não só sobre a historicidade das estruturas materiais e sociais da produção capitalista, mas também — sobre o sentido e o significado das transformações sociais em curso na região.

Para finalizar, cabe reter alguns aspectos metodológicos básicos para a análise do processo de construção das identidades sociais.

A narrativa explicita o papel determinante das **mediações concretas** a partir das quais os grupos sociais se reapropriam criticamente da realidade. No caso há que reter:

- de um lado, o **mercado** como uma mediação econômica que confere inteligibilidade histórica e social as transformações da divisão do trabalho que vêm sacudindo a região, através da implantação do P.G.C. (Este (o mercado de carvão vegetal) — ao invés de afirmar-se como uma 'realidade natural' cuja positividade residiria na 'liberdade' e na 'equivalência' entre produtores e compradores — aparece como mediação do processo de hierarquização e do acirramento da concorrência entre os grupos subalternos na região. Enquanto tal, o **mercado de carvão** não aparece como um "resultado natural da propensão humana ao escambo" (Smith), mas ao contrário, como uma mediação objetiva dos interesses de valorização das empresas guseiras. E ao invés de realçar "a liberdade e a independência dos produtores", o mercado torna visível e tangível sua dependên-

cia e subordinação aos consumidores industriais do carvão.

- por outro lado, alinham-se, simultaneamente, as mudanças técnicas sobre as quais se apoia, a atividade, e suas repercussões sobre a saúde humana e o ambiente. Assim, a substituição das tradicionais caieiras acarretou um necessário ajuste (além de uma desqualificação) do saber social previamente acumulado pelos produtores, às novas técnicas de carvoejamento e transporte requeridas pelo consumo industrial do carvão. O caráter seletivo e excludente das estratégias capitalistas se torna visível frente aos produtores diretos, revelando, através disso, os nexos históricos entre as técnicas de produção, o aumento de escala e a diferenciação entre os grupos de produtores. Mais do que isso, a exigência de reconversão técnica tornou claras as relações de subordinação formal do trabalho ao capital, mediadas por uma vasta cadeia de intermediários entre aquele e o "mercado". Juntamente com as inovações técnicas difundidas no abate, no carvoejamento e na formação de estoque são identificadas várias repercussões sobre o território, o tempo e a vida social; as novas técnicas de intensificação da produção carvoejadora são acompanhadas da devastação das matas, do esgotamento das terras de cultivo, da insalubridade do carvoejamento rural e urbano (poluição atmosférica). Consequências que, em última instância, permitem atualizar o significado das relações capitalistas de produção: a exploração não é apenas econômica, mas toma por objeto, também, o corpo do trabalhador, sua saúde, e todos os recursos ambientais constitutivos da vida na região (IDESP, 1988 apud Carneiro, 1989 e Hebette, 1989).

Parece, portanto, que a construção das identidades sociais não pode ser satisfatoriamente pensada com base em categorias como habitus e tradições culturais prévias (como faz Bourdieu, 1975 e 79 e como o pensava também M. Weber através do conceito de ethos) depositários de um fundo de referências locais reiteráveis, assimiláveis e introjetáveis pelos grupos e seus membros; mas que seria através do jogo de engendramento entre o concreto (o real) — o plano das práticas e da

experiência — e as expressões genéricas assumidas e atribuídas às formas de existência social, que a construção da classe trabalhadora e suas expressões constituintes (de identidades e diferenças) encontrariam o tratamento metodológico mais adequado. (Marx, 1844/1972; Thompson, 1987).

Assim, com a consolidação da produção guseira assiste-se à emergência de um conflito de identidades, inédito até então nessa região, e que comparece como elemento ativo na definição das estratégias de resistência e ação política pelas quais se opera o fazer-se da classe trabalhadora na Amazônia Oriental.

Na medida em que a inserção como "carvoejador" exclui o pequeno produtor do âmbito do Estatuto do Trabalhador Rural frente à legislação trabalhista, agindo no sentido de uma descaracterização profissional e sindical dos produtores diretos, como consequência das tendências "naturais" à especialização, estes formam uma auto-consciência de si como objeto da valorização do capital; formam uma idéia de si mesmos como outro sujeito (carvoejador) sinônimo de um ser alienado, que confronta permanentemente sua existência social de produtor de alimentos, produtor independente.

No bojo desse processo de auto-engendramento se põe em marcha, então, o princípio de alteridade através do qual o sujeito reconhece fora de si os objetos do trabalho, e com eles sua existência social alienada, projetando-se como sujeito de um trabalho estranhado. A reapropriação crítica da realidade objetiva consiste, portanto, no auto-reconhecimento de seu ser outro ser sujeito e objeto estranhos com relação a si próprio, e sujeito singular que se afirma genericamente na experiência coletiva dos grupos sociais.

Tal processo (de auto-construção da 'classe') não se esgota aí, já que ao projetar-se fora de si mesmo como objeto e sujeito estranhos, diferentes, se torna imediatamente possível o reconhecimento de sua própria experiência naquelas alheias de outros sujeitos; o sujeito do trabalho se afirma, portanto, como realidade individual e como forma de existência social real, irredutível a si mesmo. Se forma, então, uma consciência social que passa a informar, em retorno, suas práticas

concretas e suas experiências cotidianas como 'membro' de um coletivo abstrato cuja confirmação só pode ser observada através de suas formas concretas de luta e de organização política e cultural

Assim, a afirmação de seu ser diferente (daquele do carvoejador, existência do ser-para-o-capital) assume, na região, uma expressão social concreta através da reivindicação por um zoneamento das áreas de carvoejamento, de forma a preservar áreas para cultivo de alimentos e criação de animais (cf. Carneiro, 1989 e Gisteliuk, 1988 e Hebette, 1989). Mas, afirma-se também como novo sujeito político e cultural ao unir e articular suas reivindicações, pelo fechamento das carvoarias urbanas e um maior controle sobre a atividade, às de outros grupos sociais subalternos (populações urbanas proletárias, p. ex. de Acailândia e Marabá) na região.

A análise de situação aqui desenvolvida não nos fala de identidades especificamente regionais; ao contrário, nos informa e atualiza sobre o processo, de afirmação das classes sociais no campo hoje em curso no país. Permite com isso atualizar o próprio significado atribuído ao conceito de lutas de classe, como expressão e afirmação dos sujeitos e identidades sociais.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A.W.B. "Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio - Uso Comum e Conflito" in E.M.R. de Castro, e J. Hébette (orgs.) Na Trilha dos Grandes Projetos: modernização e conflito em Amazônia, Cadernos NAEA (10), Belém: UFPa, 1989, pp. 163-196.
- BOURDIEU, P., Esquisse d'une Théorie de la Pratique. Génève: Draz, 1975.
- BOURDIEU, P., O Desencanto do Mundo. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.
- BURAWOY, M., "Towards a Marxist Concept of the Labour Process" in The Politics of Production: factory regimes under capitalism and socialism, England, Thetford Press, 1985, cap. I.
- CARNEIRO, M.D.S. "Estado e Empreendimentos Guseiros no Programa Grande Carajás: as políticas públicas a serviço da industrialização" in E. M. R. Castro e R. E. A. Marin (orgs.) Amazônias em Tempo de Transição, Belém: O.E.A./UFPa, ARNI, CELA, 1989, pp. 152-292.
- CASTRO, E.M.R. "Do Castanhal à Fábrica" in Padrões Tecnológicas e Políticas de Gestão: Processos de Trabalho na Indústria Brasileira (Anais), São Paulo, USP/BID, 1988/89, pp.
- CUNHA, T. H. Alencar, Terra da Promissão: luta pela subsistência de um povoado da frente de expansão do Sudoeste do Maranhão. Rio de Janeiro, PPGAS-Museu Nacional/UFRJ, Tese de Mestrado, 1977.
- DUARTE, L.F.D. "De Bairros Operários sobre Cemitérios de Escravos: um estudo de construção social de identidade" in J.S. Leite Lopes (coord.) Cultura & Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro, Marco Zero, Ed. UFRJ, 1987, pp. 37-52.
- GISTELIWK, F. Carajás, Usinas e Favelas. São Luís, Minerva, 1988.
- HABERMAS, J. "Trabajo e Interacción. Notas sobre la Filosofía Hegeliana del Período de Jena" in Ciencia y Técnica como Ideología. Madrid, Ed. Tecnos, 1986, pp. 11-52.

- HEBETTE, J. "O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia Paraense" in Castro, E.M.R. e Hebette, J. (orgs.), 1989, pp. 7-40.
- MARX, K. "Thèses sur la dialectique" in K. Papaioannou (trad. e apres.) Engels, F. et Marx, K. La Première Critique de l'Économie Politique (Engels: Esquisse d'une critique de l'économie politique; Marx, Les Manuscrits de 1844) Paris: U.G.E./Collect. 10/18, 1972, pp. 290-301.
- MARX, K. "Le Monde Aliené" in *ibid*, 1844/1972, pp. 147-215.
- SARTRE, J.-P. Questions de Méthode, Paris, Gallimard, Idées/NFR, 1960.
- THOMPSON, E. Formação da Classe Trabalhadora Inglesa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Col. Oficinas da História, v. I, 1987.
- TUDE DE SOUZA, A.M. Salarisation et Modes de Socialisation: recherche sur la mise au travail, les pratiques de reproduction et le mouvement social dans les cités ouvrières du nord du Brésil. Paris, Univ. de Paris VIII, 1983, Tese de Doutorado em Economie et Societé, 469 p.
- VELHO, O. G. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

